

TERRITÓRIO DE SACRIFÍCIO: UM REGISTRO FILMICO NA ILHA DA MADEIRA

SILVIO CESAR ALVES RODRIGUES*

A História revela veios e fios condutores induzindo a possibilidades, vieses, desvios e interpretações. Desperta sensibilidades, sugere formas e, convida os múltiplos olhares a projetar versões. Para Lucien Febvre “cada época fabrica mentalmente sua representação do passado histórico. Sua Roma, sua Atenas, sua Idade Média e sua Renascença.” (FEBVRE, 2009:30), a ciência histórica desempenha um papel na, e para a sociedade, como proferiu Jacques Le Goff, referindo-se ao fundador de *Annales*: “A interação entre passado e presente é aquilo a que se chamou a função social do passado ou da história. Também Lucien Febvre (1949): ‘A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.’” (LE GOFF, 2003:26)

Munidos de tais reflexões acerca do passado e do modo como o percebemos e constituímos nosso presente, propomos uma análise envolvendo a questão socioambiental presente em grandes centros urbanos do mundo contemporâneo. Ao percorrer as ruas do Rio de Janeiro, com frequência nos incomoda assistir a multiplicação processual da população despossuída, sobrevivendo sem um teto. Destituídas do direito a moradia e de um lugar, abrigam e se acomodam nas ruas, calçadas, marquises e em praças, constituindo nestes espaços seus territórios. Preocupamo-nos em recuperar essa trajetória, compreender as origens, por fim, saber de onde vieram as pessoas e por quais motivos chegaram a tal condição, pensando nas medidas que o poder público planeja para resolver o que se efetiva como um problema?

Provavelmente não conseguiremos formular respostas precisas, entretanto, o exercício contribui para levantar hipóteses e direcionar a estudos dedicados a questão propriamente dita, onde encontramos algumas ações motivadoras para entender, por qual motivo nosso

* Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Graduado em História, Mestre e Estudante de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Bolsista CNPq.

incomodo não se reflete na classe dominante e mandatária do poder, a não ser no plano do discurso, bem como, detectar na ausência de ações efetivas para solução, do que nos parece um enigma, uma estratégia. Seguindo a linha definidora de prioridades, Karl Marx em “O Capital”, afirma:

[...] a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 1987:449-450)

Embora não seja o nosso objetivo examinar a problemática das populações de rua, achamos pertinente a reflexão, acreditando estar contida no pensamento sobre a questão do território e da territorialidade. Como aponta Milton Santos, “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de contradição” (SANTOS, 1997:45). Por tais razões, neste debate sobre a existência, as concepções servem na significação de realidades subjacentes. Consideramos esta população ao mesmo tempo desvinculada, porém, por estar flutuando em vários territórios, acaba por reproduzir uma nova territorialidade. A origem das populações de rua e, sobretudo, o comportamento do poder público ante ao fenômeno, se aproxima ao nosso estudo, uma vez que a ancoragem se fundamenta na expectativa do processo de desterritorialização e desenraizamento da comunidade tradicional da Ilha da Madeira, pressionada e induzida por interesses políticos e econômicos, a desocupar aquele espaço específico. Esta operação observa a introdução de mecanismos objetivos de expropriação como, a corrida pela compra dos imóveis, e, subjetivos, primeiramente em consequência da degradação do bioma, pela ação do desmatamento, redução e eliminação de fontes e mananciais, aterros de áreas de manguezal estimulando o desaparecimento de espécimes da fauna e da flora na baía de Sepetiba.

Num segundo momento, por fazer uso de máquinas, equipamentos e populações flutuantes compostas pelo contingente de operários das empreiteiras, clientes e patrões do Estado, especializadas em operar nas grandes obras, imprimindo rotinas que exigem

procedimentos de risco e de alto impacto como as explosões, amplificando a emissão de poluentes atmosféricos e sonoros, causando decréscimo das fontes de subsistência da população, perturbação e apreensão, esgarçando e desmantelando tanto o tecido, quanto a estrutura social.

Nossas críticas se remetem aos projetos e empreendimentos, legitimados pelo arrivismo do discurso desenvolvimentista, da geração de emprego e renda, que se montam sem contemplar o debate público e, a participação da sociedade. Além de não prever planos contingenciais, ou, acenar com a perspectiva de preservação de mínimos qualitativos e quantitativos mantenedoras das atividades tradicionais, neste caso da pesca artesanal e do turismo. Paralelamente, o consorcio publico-privado, impõe, com a apropriação do espaço, a redefinição da paisagem e, das estruturas funcionais uma nova identidade para o território, sobrepondo à noção de territorialidade definida por Milton Santos:

[...] o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem. (SANTOS, 2001:19)

Desconsiderando expectativas e necessidades da população local, anuncia sua exclusão neste tipo de projeto de “desenvolvimento”, negligente a perspectiva política do território. Ou seja, uma extensão de terra formando uma circunscrição política, ou pertencente a uma organização institucional (bairro, município, paróquia, província, região, nação, estado, etc.), que confere a idéia de ser apropriada por um grupo de indivíduos, para realizar qualquer atividade. Esta noção observa a pertinência da localidade, da necessidade da apropriação e de um grupo que pretende intervir, convidando à análise das relações entre a localização e a distribuição institucional do espaço. Território é uma expressão de poder, mas não apenas na sua forma tradicional “poder político”, converte-se em representação de poder no sentido mais concreto, o de dominação, e em seu sentido simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro como um processo simbólico, carregado do “vivido”, projetando ao valor de uso, enquanto o segundo é concreto, funcional e vinculado ao valor de troca:

[...] o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.” (LEFEBVRE, 1986:411-412)

Território de Sacrifício ao Deus do Capital

Como antecipamos, neste artigo nossa proposta é examinar o trabalho executado em formato de documentário, refletir sua utilização na produção de discursos e conhecimentos, tomando como referência: “Território de Sacrifício ao Deus do Capital – O caso da Ilha da Madeira”, produzido em 2010, por um grupo de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro. Compreendendo território no aporte destacado por Milton Santos, no trabalho de Odette Seabra, Monica Carvalho e Jose Correa Leite (2000), um lugar que compreende indivíduos e confere territorialidade, se torna *locus* da ciência e da arte. Atentamos para a circularidade do conflito e, pela continuidade do discurso horizontal, refratário e panfletário, baseado no crescimento econômico, desconsiderando as atividades tradicionais e geração de impactos. Percebendo a capacidade do “Sistema” em interferir não somente na vida social e econômica de uma população, mas também nas questões culturais e ambientais, como, por exemplo, neste estudo de caso.

Nesta perspectiva, buscamos explicações, colhendo informações disponíveis em documentos, e na tradição oral, na expectativa de contar uma versão sobre a Ilha da Madeira, bairro do município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. Situado nas coordenadas geográficas 22°54’53.81” de latitude sul e, 43°49’39.76” de longitude oeste. Uma região litorânea, inserida no ecossistema da Baía de Sepetiba, compreendendo diferentes tipos de vegetação, além da remanescente Mata Atlântica, com restingas e mangues. Depois de transformada em potencial Zona de Sacrifício¹, pela deposição de aproximados três milhões de toneladas de metais pesados, herança da falida Ingá Mercantil, que ocupou parte do bairro

¹ Expressão utilizada pelos movimentos de Justiça Ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Que tem na

entre as décadas de 60 e 90, convertida em alvo de cobiça pelos poder público e privado, especulando ser o espaço propício para receber atividades portuárias e industriais. Todavia, no bairro, o recanto paradisíaco na baía de Sepetiba, ainda sobrevive de atividades tradicionais, preservando hábitos e práticas característicos da convivência com o meio ambiente. Sobre desenvolvimento e Justiça Ambiental na obra *“Justiça ambiental e cidadania”* (2004), destacamos a observação, da qual fazemos eco:

A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil foi o foco das discussões. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva a periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos. As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso de unidades de conservação.” (ACSELRAD, et. al, 2004:14)

Os novos empreendimentos que se instalam no território, inviabilizam a permanência das atividades tradicionais de pesca e turismo, ameaça remover os moradores, projetando no cenário a degradação da sociedade e do meio ambiente. Tememos subtrair do território, em via de desestabilização e reprodução de prejuízos irreversíveis, as dinâmicas econômicas e culturais e, que os seus moradores acabem por engrossar estatísticas em quadros de miserabilidade, compostos pelas massas de excluídos e desassistidos. Uma vez reconhecidos os problemas, ou seja, a contaminação por metais pesados e demais resíduos, abandonados sob a forma de passivo ambiental, criando no espaço características de Zona de Sacrifício,

figura do sociólogo Robert Bullard um dos seus maiores expoentes.

expropriando a população de atividades tradicionais; desapropriando terras e remanejando moradores e moradias; reduzindo e degradando a mata remanescente e o manguezal.

Iniciamos a pesquisa: “A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos sócio-ambientais – o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial Ingá”, com recursos da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde. Os pesquisadores do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa) da EPSJV, trabalharam em conjunto com as associações de pescadores da localidade – Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM). Objetivando a construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos possíveis e desejáveis, úteis como instrumento de gestão estratégica local, em fóruns decisórios e de negociação, envolvendo o conflito ambiental Companhia Mercantil e Industrial Ingá, visando, sobretudo o fortalecimento do protagonismo das principais entidades civis atingidas pelo passivo da Baía de Sepetiba, tais como as associações de pescadores e moradores dependentes direta e indiretamente da capacidade suporte daquele ecossistema.

As metas se definiam por: a) conhecer os interesses, preocupações e percepções das representações sociais envolvidas no caso do passivo ambiental Companhia Mercantil e Industrial Ingá e suas implicações na qualidade de vida e saúde; b) formular metodologia de cenários exploratórios e prospectivos, em conjunto com atores sociais atingidos por passivos ambientais; c) Avaliar o processo de formulação de cenário, não apenas como produto, mas como meio de ensino-aprendizagem colaborativa; d) avaliar o(s) cenário(s) formulados como quadro de síntese e prospectiva do que se quer alcançar como meta de qualidade de vida e situação de saúde, diante das obras de remediação propostas para o passivo e de futuros impactos ambientais associados ao Plano de Aceleração do Crescimento, como o arco rodoviário e a ampliação do Porto de Sepetiba; e) avaliar a qualidade do(s) cenários e sua viabilidade como instrumento de ação política para subsidiar a capacidade de negociação dos atores denunciantes/vítimas do passivo ambiental, nos fóruns decisórios envolvendo as futuras intervenções na área da Companhia Mercantil e Industrial Ingá, assim como a Ação Civil Pública, ajuizada no Ministério Público Estadual e Federal.

Acumulando conteúdos: imagens e depoimentos.

Previendo o suposto desaparecimento de *frames*, e oportunamente atestar as alterações, começamos a registrar por filmagens, depoimentos e fotografias as incursões no território. Criando um acervo, inicialmente para facilitar e ilustrar a pesquisa, também apreendendo a utilização em estudos futuros sobre transformações e usos dos territórios. O expediente resultou em mais de 20 horas de imagens, cerca de 5 horas de entrevistas e depoimentos, e centenas de fotografias. Combinando a participação de estudantes de cinema na equipe e, acesso a equipamentos do Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde (NUTED) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, seria possível efetuar a montagem do documentário. Embora não fosse previsto, esta ambição não contrariava as metas e objetivos propostos, portanto, para a realização bastaria dedicar mais horas de trabalho.

Ao apresentar a idéia, a aprovação dos moradores/pescadores, conferiu legitimidade à proposta. Paralelamente percebemos que ao incorporar este mecanismo, poderíamos ajudar a compor uma espécie de memória local, procedendo ao resgate e, de certa forma, preservando a Ilha, uma vez que, as orientações econômicas, políticas e estratégicas, acenam com a dificuldade de manter habitantes, hábitos, praticas e costumes.

A proposta reunindo aspectos do pitoresco e do alegórico pretende alinhar a ciência ao campo das artes, aproximando-se a idéia de “rizoma” cunhada na obra de Deleuze e Guattari “Mil Platôs”², e dos exemplos e ensinamentos de nossos mestres como, Fânia Fridman³, José Augusto Pádua⁴, Manuel Luiz Salgado Guimarães⁵, que ajudam a ampliar a análise, o exame e a descoberta das fontes, auxiliando a compor a justificativa: Por ser a arte uma representação sensível da vida, um discurso sobre o mundo, ou seja, uma representação com sensibilidade expressa na forma de pintura, de poesia, da musica, de arquitetura, de registros

² Em entrevista concedida ao jornal *Liberacion* em 23 de Outubro de 1980, Deleuze, acerca do conceito de rizoma justificou: o que Guattari e eu chamamos rizoma é precisamente um caso de sistema aberto, [...] um sistema aberto é quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essência[...] é preciso inventar, criar os conceitos, e há aí tanta invenção e criação quanto na arte ou na ciência."

³ Doutora em Economia Política pela Universidade de Paris VIII (França), Professora Adjunto IV do IPPUR desde 1986 e Coordenadora do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU).

⁴ Doutor em ciência política pelo IUPERJ e professor adjunto do Ifcs/UFRJ. É autor dos livros *O que é ecologia*, *Ecologia e política no Brasil* e de vários artigos em livros, periódicos científicos, revistas e jornais publicados dentro e fora do Brasil.

⁵ (RJ, 16/02/1952 – 27/04/2010) Historiador, doutor em História pela Freie Universität Berlin (1987) e pós-

fílmicos e fotográficos. Ela se converte em um transporte do abstrato, ao mesmo tempo desloca idéias e se inscreve no campo da circulação. Concluimos ser, a arte o desejo de tornar material o subjetivo, e, atuar por percepções na fusão do imaterial, amalgama na forma da criatividade e sensibilidade para expressar leituras.

A partir desta premissa, pensamos articular o objeto artístico, a pesquisa científica reposicionar os olhares sobre o mundo, perceber ações, gestos, formas e apropriações, estimuladas pela insurgência do conflito. Conscientes que a arte não possui a tarefa de modificar fatos, contudo aponta versões e sugere reflexões, permite pensar a produção artística como mediadora entre instancias e indivíduos, entre o espaço e a ação, por relacionar os aspectos simbólicos e materiais, dimensionando nós e o mundo na composição das tramas. Este procedimento transfere ao pensar, a tarefa de relacionar e descrever teias e nós, que compõe malhas e concebe as complexas redes sociais. Ainda no centro nevrálgico do ensaio, é imperioso refletir ecos e interpretações, despertar a partir do registro de uma situação, em um determinado espaço de experiência, os seus horizontes de expectativa.⁶

O registro fílmico que produzimos, articula depoimentos de moradores, relembra a vida, torna público àquilo que lhes é particular, sendo mais que uma relação usual com a arte, configura um processo de estar no mundo, em um sentido amplo. Por reconhecer na opacidade e invisibilidade da Ilha, as razões pelas quais decisões no território são impostas verticalmente, pensamos em utilizar este recurso midiático, comumente apropriado pelo poder publico e pela iniciativa privada, para expor o caso, buscando diminuir a opacidade e, invocar a atenção da sociedade na condução dos processos, desta forma questionar as decisões.

Neste caso, achamos cabível interrogar: seria possível o dispositivo artístico associado ao científico, estimular rupturas e propor o surgimento de novos paradigmas? Uma vez que, as decisões públicas, freqüentemente são políticas e econômicas. Na maioria das vezes

doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (2000) considerado referência nos estudos historiográficos brasileiros

⁶ “Espaço de experiência e horizontes de expectativa”, conceito analítico cunhado por Reinhart Koselleck. Sugere a tematização do tempo histórico, por categorias formais possibilitando a interpretação da historia feita, definida posteriormente pelo historiador, e determinações históricas que orientam e são orientadas por ações concretas.

distanciadas da ciência e, do debate com a sociedade. Nossa proposta é sugerir a participação do outro e apresentar a versão dos fatos, sob a ótica das pessoas ameaçadas e subjugadas.

Hoje nos encontramos diante de um cenário, onde a população e o território da Ilha da Madeira são expostos aos arroubos do modelo de desenvolvimento que ignora as condições socioambientais enquanto privilegia a orientação estratégica. Assemelhado aos processos históricos nos quais a intervenção obrigou a população modificar prática e hábito, justificados pela sobreposição e quebra de paradigmas. Vivemos um momento distinto, onde as formas de intervenção se aperfeiçoaram e prescrevem atenções sociais e ambientais, no entanto os objetivos econômicos e políticos se tornam perenes.

O Documentário

Produzido em 2009/10, narra a trajetória da comunidade da Ilha da Madeira, bairro do município de Itaguaí – RJ, situado na baía de Sepetiba, que desde a década de 60 convive com conflitos e disputas econômicas e políticas. A produção conta com a participação de parte dos moradores, pescadores na maioria, na elaboração do roteiro, criação do argumento, atuando até a finalização, ao definir os últimos cortes.

Na fase de definição do formato, discutimos com os representantes dos moradores a ousada tarefa de produzir o documentário. Pretendíamos pensar as possibilidades de compor o material, auxiliar a divulgação e dar visibilidade a causa, em um território, que consideramos marcado pela opacidade. O esforço em produzir este material, representa fornecer um instrumento vinculado às ações em defesa da preservação do espaço, podendo figurar em peças jurídicas, ou como ferramenta para atrair a atenção e articular a mobilização da opinião pública em suas reivindicações.

Apresentado em três blocos, o primeiro segmento procura resgatar nos depoimentos de antigos moradores a memória coletiva sobre a ocupação da Ilha. São relatos de pessoas que residiram ou ainda residem na Ilha (definidos pelos participantes das oficinas) onde recordam a região, exaltam os valores culturais e identitários, destacando a relação interativa entre moradores e natureza, sobretudo, a importância das atividades tradicionais, pesca e turismo, para o bairro e para a região.

O segundo bloco recebe depoimentos que ressaltam as principais transformações sofridas no bairro, enfatiza aquelas impostas pela instalação e operação, predatória, da

Mercantil Ingá, que forjou o atual legado. Nesta parte destacam-se aportes relacionando os prejuízos ecológicos e a saúde da população. A abordagem aponta de que forma as dinâmicas resultaram no comprometimento ambiental, e em certa medida, agravou o quadro de desestruturação da economia tradicional, levando os antigos operários a buscar, através de instrumentos legais a reparação dos prejuízos, que resultaram em ações junto aos Ministérios do Trabalho e Público. Também, as primeiras denúncias aos órgãos de defesa do Meio Ambiente, por conta da arbitrariedade e agressões produzidas pela indústria, e no pleito de uma solução para o passivo ambiental abandonado após a falência da empresa.

O terceiro bloco apreende a expectativa da população em relação aos novos empreendimentos financiados, promovidos e avalizados pelo poder público, que conduz o loteamento do espaço no atendimento das demandas estratégico-econômicas. Destacando as plantas em atividade e em curso, do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil (EBN-Prosub), Usiminas (Terminal Portuário), CSN, Vale do Rio Doce, Porto de Sepetiba e LLX-MMX/Porto Sudeste, agindo sobre o bairro que abriga uma população tradicional. Sendo a LLX e depois a MMX, ambas do grupo EBX, responsáveis por explosões (na antiga pedreira), as causadoras dos riscos mais imediatos, por revelar a ameaça de impactos (pedras e estilhaços) em suas casas.

A rotina de explosões além de perturbar a paz e o conforto, despertou a reação popular. No dia 27 de Novembro de 2009, culminou com a manifestação, onde os moradores queimaram artefatos e fecharam à principal via do bairro, em protesto contra as explosões do dia 23 do mesmo mês, segundo eles a maior presenciada, que promoveu uma chuva de pedras, algumas com até 80 Kg. A manifestação recebeu cobertura da imprensa do município, e de veículos como as principais redes de TV e Radio do país, mas após um breve embargo as detonações foram retomadas. No dia 17 de Abril de 2012, por volta das 17h30, a chuva de pedras voltou a acontecer. O episódio recebeu a cobertura do Jornal Atual na edição do dia 19⁷ apresenta a reportagem com o protesto devido a inadequadas detonações, geradas pelas obras de ampliação do Superporto Sudeste, da empresa MMX, levando os moradores a registrar ocorrência na 50ª DP.

O formato

⁷Disponível em: <http://jornalatual.com.br/portal/?p=16156> [captura 20 dez. 2012].

As definições para documentário conduz ser um gênero cinematográfico, caracterizado pelo compromisso com a exploração da realidade, no entanto, o conceito não implica em apresentar a realidade, tanto quanto a ficção, sintetiza subjetividades dessa realidade, que é permeada por olhares e sentimentos, povoada por “não ditos” e exprime a opção por uma verdade, assim como a História pode não ser única, cabe a indagação: O que é uma verdade, ou quantas faces possui a realidade? Somos impulsionados e movidos por subjetividades?

Talvez, as respostas podem articular um bom número de explicações possíveis, contudo sem alcançar uma conclusão que decomponha o questionamento a ponto de esgotar as possibilidades de interrogar, a não ser que, a formulação produzida atinja um alvo, confira reconhecimento e legitimação a todo um grupo social, para esta parcela o estatuto de verdade se converterá em lei, por um determinado tempo, enquanto o paradigma não for destruído.

Em uma das aulas da disciplina “Memória e Patrimônio”, o saudoso professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, problematizando reflexões acerca da busca explicativa para os sentidos da história, proferiu: “... a história é maior e, menor que a própria história, é uma representação de olhares e percepções...”. Não temos a pretensão que este ensaio se reverta a um exercício metodológico da história, muito menos, mergulhar em regimes de historicidade a luz de François Hartog, Michel Certeau ou Marc Bloch, nem mesmo investigar a arqueologia da disciplina, apenas ilustrar, a história tem no cerne versões, produzidas por sentidos, reflete escolhas e obedecem aos momentos e, sobretudo, influencias de um determinado modo de vida.

Diferentemente da História Magistra Vitae de Cícero, nossa preocupação não é propor um postulado, mas, na “verdade” refletir sobre o trabalho efetuado, um ensaio fílmico “fiel” aos olhares dos moradores da Ilha da Madeira, e “comprometido” com o reconhecimento do conflito. Uma leitura construída pelos impactos sob a população e ambiente, apontando as consequências causadas pelo tipo de gestão, que usa as prerrogativas retóricas do progresso e do desenvolvimento, mas acaba por imputar a degradação e reduz as expectativas de vida no território.

Abandonando as reflexões sobre a operação da história, ou seja, a proposição da História Una (se possível), passamos para a abordagem sobre a ciência moderna, problema

denunciado por Edmund Husserl nos inícios do século XX, declarando ser indispensável refundar a ciência, dar espaço a uma psicologia capaz de entrar no mundo-da-vida, o reino das evidências originárias, capaz de encontrar o critério de exatidão, de verdade, de realidade, indo além de todas as opiniões e tradições, entrando no fazer das coisas segundo as leis do universo. Liberando-se dos pressupostos das crenças comuns e das ciências, como dos conteúdos filosóficos doutrinários, para alcançar a unidade de consciência (subjetividade), na dimensão da experiência evidente.

O processo da produção em que mergulhamos, originariamente previa apenas um registro estéril, sem objetivar usos e trocas. No entanto, identificamos um problema que impedia realizar o trabalho revestido da imparcialidade, de certa forma fomos envolvidos e possivelmente contaminados com o processo no território, com a causa e com as pessoas, portanto, sem o distanciamento necessário a uma investigação comprometida somente com a ciência. Quanto a isso, invariavelmente procedemos a escolhas, onde se expressam motivações construídas historicamente e/ou, por atmosferas ideológicas, estratégicas, políticas e econômicas, que mobilizam as instâncias culturais e tradicionais. Desta forma, o caráter rígido da ciência, é posto em xeque, contudo, pode ser amenizado pela flexibilidade e relativismo próprios das ciências sociais. Atrevemo-nos a sugerir não identificar em nosso trabalho um discurso sem alterações, mas sim condicionado pelas percepções e compreensões, respondendo a estímulos, contendo elementos que em nossa opinião, guardam certo grau de relativismo. Também conforma a ciência dura, pelo menos em sua gênese, pois mesmo ela se erige de motivações. O distanciamento do objeto e do investigador mediado por sentimentos e emoções, induz ao entrave, e a questionar: como produzir sem abstrair?

Assumindo a perspectiva como opção, encontramos as bases explicativas na premissa Nietzscheana de que não há fatos eternos, como não há verdades absolutas. Portanto, nosso trabalho é então, uma versão entre tantas possíveis, de expressar as verdades sobre um fato. A proximidade entre arte e ciência pode ser traçada historicamente, por exemplo, em Leonardo da Vinci (1452-1519), escultor, pintor, engenheiro e cientista, que afirmava a ciência e a arte completarem-se constituindo a atividade intelectual.

Seja na literatura, no cinema, na música e demais representações, as técnicas e equipamentos desenvolvidos nos induz a reconhecer as influências recíprocas, reforçando o

aspecto de complementaridade, tanto da arte e da ciência, quanto, do homem e da natureza, como afirmou Simon Schama, “pois conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha”. (SCHAMA, 1996:17)

Conclusão

Nos depoimentos dos moradores, encontramos a denuncia de que os novos empreendimentos produzem terrores psicológicos, sobretudo, nas atividades do porto Sudeste. Degradam o meio ambiente, matam a mata remanescente, e promovem pregões, pressionando moradores na venda de seus imóveis. Ações públicas estão sendo dirigidas aos órgãos competentes, porém, não existe a crença de que medidas objetivas sejam tomadas para evitar que os abusos se repitam. O documentário, segundo alguns observadores, falhou em não conter os depoimentos dos jovens da Ilha, perceber suas apreensões e projeções. Ressente também de posicionamentos oficiais, institucionais e técnicos, todavia, o filme foi feito basicamente por, e para expressar a visão dos moradores, portanto, o formato e seu desenvolvimento privilegiaram o olhar destas pessoas e seu entendimento sobre o problema. Neste espaço de experiência, assistimos uma época de incertezas. O repertório do projeto orquestrado e anuído pelo Estado neoliberal inclui a pressão de atores exógenos pela apropriação do território da Ilha da Madeira e visa à utilização do espaço para obter capitais financeiros e políticos, negligenciando ou sobrepondo o ônus social e ambiental, mas a Ilha da Madeira, segundo seus moradores, não tem preço!

A população tenta reagir fazendo soar ecos, abafados pelo predomínio do interesse econômico, discurso hegemônico, composto pela retórica do compromisso social, pelas promessas de compensações, e pelo respeito à resiliência do meio ambiente. Com o uso do greenwash e financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento, Mascaras Verdes e sociais, elencadas para legitimar processos letais. Gostaríamos que as práticas primasse pela preocupação sincera com a sociedade, catalisasse a participação popular, baseasse na transparência e assim fundisse elementos fazendo reverberar a Justiça Social.

Estas deveriam ser as últimas reflexões, informar que após concluir o documentário, promovemos o lançamento em 10 de agosto de 2010 no Iate Club do bairro, junto aos moradores e seus convidados, onde foram distribuídos cópias para uso e guarda. O episódio foi marcado por, duas horas antes do início previsto para a exibição, um caminhão de uma empreiteira, chocar-se “acidentalmente” ao poste a frente do clube, interrompendo o fornecimento de energia, somente conseguimos realizar a apresentação, após moradores cederem aparelhos de vídeo e TV, e improvisar uma fonte de energia elétrica.

Entretanto, não podemos tecer as considerações finais, sem incluir mais notícias da Ilha da Madeira, que da conta dos “resultados do progresso” para a comunidade. Durante a II Oficina Local de Arquitetura da Paisagem, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura/FAU-UFRJ, pelo Grupo de Pesquisas Sistemas de Espaços Livres SEL-RJ e pelo Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa de Paisagens do Departamento de Geografia da PUC-RIO (08/04/2011), estivemos com alguns moradores que relataram as transformações estarem em curso, e nada parece ser capaz de contê-las. As residências próximas a USIMINAS (antiga Ingá) e LLX, situadas aonde um dia foi a Vila do Engenho, desapropriada para construção da indústria na década de 60, e posteriormente abrigando um dos núcleos populacionais da Ilha da Madeira, foram compradas e derrubadas, das cerca de 300 habitações restavam apenas uma dezena de famílias que resistem à sedução do dinheiro e, as pressões impostas. A composição deste cenário gerou o comentário de Rosane, uma das adolescentes moradoras da Ilha, que participava da oficina: “... é muito triste, a gente passa por onde antes as pessoas moravam e existia vida, agora só tem escombros, parece uma cidade fantasma.”

O posto de saúde municipal próximo ao extinto núcleo residencial foi derrubado e alocado em uma das escolas da Praia de Fora, espaço que ainda concentra residências e atividades. No local onde se localizava a quadra poli-esportiva da Ilha, foi construída a nova escola substituindo a que teve o prédio ocupado pelo “novo” posto de saúde. As explosões por dinamite afetaram as nascentes nos terrenos das famílias, como da Sra. Georgina e Antonia Souza, sua fonte de abastecimento de água potável. Durante o desfile cívico de 7 de Setembro de 2010, cerca de cem moradores foram ao encontro do então prefeito de Itaguaí, Carlo Busatto Junior (Charlinho), pediram que intercedesse a favor da Ilha. Sua resposta foi que a

Ilha da Madeira não lhe pertencia, não era um problema seu, e, inclusive poderia ser preso caso manifestasse alguma resistência. Justificou os empreendimentos gerarem cerca de 5.000 empregos.

Segundo Sergio Okashi, presidente da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, em entrevista concedida ao Jornal Atual, edição 510 de 26 a 29 de Novembro de 2010, para a construção do Porto Sudeste, a LLX, derrubou 20 hectares de Mata Atlântica e aterrou 2,5 hectares de Manguezal, comprometendo-se a recuperar cinco hectares do mangue, oportunamente como compensação, mas sua pergunta e de todos é: Onde e como será recuperado o ecossistema?

O cenário atual é de devastação, o maquinário pesado desrespeita o território, produz lama, poeira e muito ruído, inclusive nos horários de repouso. A fauna local encontra-se desestabilizada, micos, pacas, esquilos, gambás e cobras são facilmente encontrados nas casas, os moradores acreditam buscar alimentos e abrigo. A população flutuante foi engrossada pelo contingente de trabalhadores, estranhos ao meio, oriundos de empresas especializadas em terceirizar serviços, trazendo como consequências, o apetite sexual dos operários que abordam (como relatou as adolescentes), as mulheres da Ilha. Ainda haveria outras considerações a tecer, contudo, nos limitamos às últimas observações, para dizer que: “Território de Sacrifício ao Deus do capital”, não buscou prêmios ou ser trampolim para nenhum de seus idealizadores e colaboradores. Não espera lucros financeiros ou políticos, quer ser tão somente um grito, uma ação política em benefício da população, ou um simples instrumento. Mostrar de dentro para fora, olhares da Ilha da Madeira, uma paisagem historicamente sacrificada por imposições, ações e práticas insustentáveis, pela demagogia e caráter repugnante da esfera pratica do poder, ativa e perpetuada. Seja em pleno exercício da Democracia, ou sobre o crivo das Ditaduras, ambas esqueceram o Social e a Ordem, em nome do Desenvolvimento e de um Progresso excludente.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.2004.

BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In.: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: DIFEL, 1989, p. 59-73.

_____. *Efeitos do lugar*, IN: BOURDIEU, P. (Org.) *A Miséria do Mundo*. Vozes, Petrópolis, 1997, p.150-166.

BULLARD, Robert. *Enfrentando o racismo ambiental no século XXI*. In: ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto de; HERCULANO, Selene (orgs). *Justiça ambiental e cidadania*. Delume Lumará, São Paulo, 2004..

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* Vol. 2 Rio de Janeiro: Ed.34, 1995

FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: a religião de Rabelais*. Cia das Letras, 2009.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma Ética para a civilização tecnológica*. RJ: Contraponto / PUC-RIO, 2006..

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio., 2006.

LEFEBVRE, H.. *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro 1*. São Paulo: Difel, 1987.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “Questão Social”*. In: NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

NIETZSCHE, W. F. *Genealogia da moral: uma Polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAMOS, Fernão Pessoa e Catani, Afrânio (orgs.), *Estudos de Cinema SOCINE 2000*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2001, pp. 192/207

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?* São Paulo: Senac/SP.2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC (Geografia: Teoria e Realidade, 16 – Série “Linha de Frente”), 1997

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____. *Território e sociedade*. 2ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. *Território e sociedade – entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2005.

WORSTER, Donald. *The Ends of the Earth: Perspectives on modern environmental history*. Cambridge; New York: CambridgeUniversity Press, 1988. Pg. 290-291.